



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

INDICAÇÃO N.º 084/2026

Indico à Mesa, observadas as exigências regimentais, que seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, solicitando de Sua Excelência, entendimentos junto à Secretaria Municipal Competente, visando à implantação do Programa Municipal de Acompanhamento, Reeducação e Responsabilização de Autores de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Município de Jaguariúna.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem por objetivo sugerir a implementação de política pública voltada à prevenção da reincidência da violência doméstica, por meio da reeducação e responsabilização dos agressores.

A legislação federal, especialmente a Lei Maria da Penha, já prevê expressamente a necessidade de criação e implementação de programas de reeducação para autores de violência doméstica.

Nesse sentido, destaca-se:

Art. 35, inciso V, que dispõe que a União, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite de suas competências, centros de educação e reabilitação para os agressores;

Art. 45, que autoriza o juiz a determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, bem como o acompanhamento psicossocial.

Contudo, a ausência de estrutura organizada no âmbito municipal muitas vezes dificulta a efetiva aplicação dessas medidas legais.

Na prática, observa-se que diversas decisões judiciais deixam de alcançar sua plena eficácia por falta de programas estruturados, equipe técnica especializada e vagas disponíveis para atendimento.

A criação de um programa municipal com essa finalidade permitirá ao Município:

- * fortalecer a atuação preventiva do poder público;
- * romper o ciclo da violência doméstica;
- * promover a conscientização e responsabilização dos agressores;
- * proteger mulheres, crianças e famílias;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

- * contribuir para a redução dos índices de violência e feminicídio.

Sugere-se que o programa possa contemplar, entre outras ações:

- * grupos reflexivos e educativos para autores de violência;
- * acompanhamento psicossocial;
- * ações de controle emocional e prevenção da violência;
- * integração com a rede municipal de proteção à mulher;
- * parcerias com o Poder Judiciário, Ministério Público e demais instituições.

Diante da relevância social da matéria e da previsão expressa na legislação federal, solicitamos especial atenção do Poder Executivo para a análise e possível implementação da presente proposta.

Gabinete da vereadora APE, 01 de abril de 2026.

VEREADORA.....Ana Paula Espina

PROTOCOLO 00279/2026

01/04/2026

LIDO EM: 7ª SESSÃO -07/04/2026